



DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO
DE PROCESSO LEGISLATIVO
Folha nº:
Matrícula:
Rubrica:

Proposição: PLEIC - Projeto de Lei Complementar

 Número:
 000023/2025

 Processo:
 10915-00 2025

 Autoria:
 Kátia Franco

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a promover a regularização fundiária das áreas do

bairro Filgueiras, no municipio de Juiz de Fora, e dá outras providências

## Parecer Aparecida de Oliveira Pinto - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Trata-se do Projeto de Lei Complementar nº 23/2025, de autoria da nobre Vereadora Kátia Aparecida Franco, cuja proposição tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a promover a regularização fundiária das áreas do bairro Filgueiras, no município de Juiz de Fora.

Nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, em seu artigo 72, inciso XVIII, é de competência da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- "[...] XVIII Da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: (Incluído pela Resolução nº 1.357, de 11/01/2023)
- a) opinar sobre proposições e assuntos relativos ao meio ambiente, entre outros, sua preservação, recuperação, poluição, aquecimento global, exploração sustentada, fauna silvestre, prospecção e assuntos relativos à coleta, tratamento e disposição de lixo doméstico, hospitalar e industrial, aterro sanitário, barragens, recursos hídricos, recursos naturais e desenvolvimento sustentável:
  - b) receber reclamações e encaminhá-las aos órgãos competentes;
  - c) estudar e promover debates e pesquisas sobre todas as formas de poluição;
  - d) realizar estudos sobre preservação e ampliação das áreas verdes do Município;
- e) participar de conferências, seminários, reuniões e debates municipais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- f) acompanhar e fiscalizar, junto aos órgãos competentes, a situação das barragens situadas no Município;
  - g) estudar, debater e pesquisar demais questões relacionadas com a sua competência.."

Ciente dos pareceres exarados pela d. Diretoria Jurídica e pelas demais Comissões Permanentes.

No que diz respeito à competência desta Comissão, não foram encontrados óbices à tramitação do presente Projeto de Lei. Assim, liberam-se os autos para prosseguimento dos trâmites regimentais, com remessa à deliberação em Plenário onde, oportunamente, manifestarei meu voto.

Palácio Barbosa Lima, 2 de outubro de 2025.

Aparecida de Oliveira Pinto Vereadora Cida Oliveira - PT

Spaverda de 6 Pento

Assinado Digitalmente

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P288602